

**Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Graduação
Escola de Formação de Professores e Humanidades
Curso de Letras-Português/Inglês**

**A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO PONTE PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA
LEITURA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

MARIA RITA VIANA

Goiânia
2025

MARIA RITA VIANA

Monografia apresentada ao Curso de Letras da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como um dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura plena em Letras-Português/Inglês.

Orientador (a): Dr. Vitor Fernando Perilo Vitoy

Goiânia
2025

A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO PONTE PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA LEITURA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Monografia apresentada ao Curso de Letras da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como um dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura plena em Letras-Português/Inglês.

Aprovada em ____/____/____

Banca examinadora

Nome do orientador: Dr. Vitor Fernando Perilo Vitoy

Nome do professor: Me. Luciano Martins da Conceição

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho de monografia a minha família que sempre me apoiou e me ajudou tanto até aqui.

Dedico também a minha avó que sempre me encorajou a ser o meu melhor, tenho certeza de que ela está olhando por mim de onde quer que esteja.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família que me deu o apoio que eu precisava, obrigada pelos incentivos e por todo o trabalho que fazem por mim.

Agradeço à minha amiga Thaliane, por me incentivar a iniciar o curso de letras e por acreditar em mim sempre.

Agradeço a prof. Dr. Vitor Fernando Perilo Vitoy pela paciência em sua orientação e por cada ensinamento.

Uma boa biblioteca nunca vai ser muito arrumada, ou muito empoeirada, porque alguém vai estar sempre lá, tirando livros das prateleiras e ficar acordado até tarde para lê-los.

LEMONY SNICKET

Pseudônimo de Daniel Handler - escritor americano

RESUMO:

Esta monografia intitulada *A Biblioteca Escolar como Ponte para a Democratização da Leitura no Contexto Brasileiro*, aborda os desafios estruturais e culturais relacionados à leitura no Brasil. Partindo da constatação de que o país apresenta baixos índices de leitura e desigualdades no acesso a livros, o estudo identifica fatores como a precariedade de bibliotecas públicas, a falta de políticas públicas eficazes, desinteresse pela leitura e rotinas extenuantes. A pesquisa propõe explorar o papel das escolas e bibliotecas como agentes essenciais na promoção da leitura crítica e cidadã. A fundamentação teórica aborda a história da leitura no Brasil, marcada por exclusões sociais, e destaca a evolução das políticas públicas, como a Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei 13.696/2018), que busca democratizar o acesso ao livro. O projeto também enfatiza a importância das bibliotecas escolares e atividades lúdicas para despertar o interesse pela leitura, principalmente entre jovens em fase de alfabetização. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, com análise de textos teóricos, leis e dados sobre leitura no Brasil. Entre os objetivos, destacam-se: compreender os entraves à leitura no país, avaliar políticas públicas existentes e propor estratégias para fortalecer o hábito de ler, com ênfase no ambiente escolar. O trabalho contribui para um debate mais amplo sobre o direito à leitura e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e informada.

Palavras-Chave: biblioteca, leitura, democratização, projetos, literatura

ABSTRACT: This thesis titled *The School Library as a Bridge to the Democratization of Reading in the Brazilian Context* addresses the structural and cultural challenges related to reading in Brazil. Starting from the observation that the country has low reading rates and inequalities in access to books, the study identifies factors such as the poor condition of public libraries, the lack of effective public policies, disinterest in reading, and exhausting routines. The research proposes exploring the role of schools and libraries as essential agents in promoting critical and civic reading. The theoretical framework addresses the history of reading in Brazil, marked by social exclusions, and highlights the evolution of public policies, such as the National Reading and Writing Policy (Law 13.696/2018), which aims to democratize access to books. The project also emphasizes the importance of school libraries and playful activities to spark interest in reading, especially among young children in the literacy phase. Methodologically, this is a bibliographical and qualitative research, with an analysis of theoretical texts, laws, and data on reading in Brazil. Key objectives include understanding the barriers to reading in the country, evaluating existing public policies, and proposing strategies to strengthen the reading habit, with an emphasis on the school environment. The work contributes to a broader debate about the right to read and the development of a fairer and more informed society.

Keywords: library, reading, democratization, projects, literature

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1. A LEITURA E A FORMAÇÃO DOS LEITORES NO BRASIL	12
1.1. Acesso ao Livro no Brasil: políticas públicas, direito e cidadania.....	13
1.2. Bibliotecas Escolares e o Plano Nacional do Livro: Caminhos para Democratizar a Leitura no Brasil.....	23
2. PRÁTICAS ESCOLARES E PROJETOS LITERÁRIOS NA FORMAÇÃO DO SUJEITO LEITOR	32
2.1. O papel da escola na formação do hábito de leitura.....	33
2.2. Leitura e Formação de Leitores Críticos.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A leitura é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento intelectual, social e cultural do indivíduo, contribuindo para a formação de sujeitos críticos. Nesse sentido, compreender os caminhos da leitura no Brasil e os desafios relacionados ao seu acesso é essencial para refletir sobre os processos educativos e a formação de leitores no contexto escolar.

Apesar das políticas e iniciativas voltadas à democratização do acesso à leitura, observa-se que o hábito de ler ainda é pouco difundido entre grande parte da população brasileira. Quais são, então, os principais fatores que dificultam o desenvolvimento desse hábito? De que maneira a escola, as bibliotecas e as políticas públicas podem contribuir de forma efetiva para formar leitores críticos, capazes de interpretar e questionar a realidade ao seu redor? Estas questões orientam a investigação proposta, buscando compreender barreiras estruturais e culturais que limitam o acesso e o interesse pela leitura no país.

O primeiro capítulo deste trabalho aborda a relação entre o acesso ao livro e o direito à leitura no Brasil, destacando o papel das políticas públicas, como o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que buscam democratizar a leitura e ampliar o acesso à cultura escrita. Além disso, problematiza-se a situação das bibliotecas escolares, reconhecendo sua importância como espaço de mediação cultural, mas também evidenciando as dificuldades enfrentadas por muitas instituições, que carecem de infraestrutura adequada, acervos atualizados e profissionais capacitados.

No segundo capítulo, falaremos sobre as práticas escolares e os projetos literários na formação do sujeito leitor, analisando o papel da escola como ambiente privilegiado de promoção do hábito de leitura. Discute-se a importância da leitura para a formação de leitores críticos e criativos, ressaltando como os projetos pedagógicos que utilizam livros literários e a biblioteca escolar podem contribuir significativamente nesse processo. A escola, ao desenvolver práticas de leitura significativas e integradas ao currículo, cumpre sua função social de não apenas transmitir conteúdos, mas também de formar cidadãos conscientes e reflexivos.

Assim, não deixaremos de reforçar os principais fatores que dificultam o desenvolvimento do hábito de leitura no Brasil, considerando tanto barreiras estruturais quanto culturais. Busca-se, assim, compreender os obstáculos que impedem a formação de leitores críticos e propor estratégias que possam fortalecer esse processo, dando especial atenção ao papel da escola, das bibliotecas e das políticas públicas existentes voltadas para a democratização do acesso ao livro e o incentivo à leitura.

O trabalho, portanto, busca propor ações concretas para que a leitura se consolide como uma prática cotidiana, ressaltando a importância das escolas e bibliotecas na construção de leitores autônomos, críticos e conscientes de seu papel social. Pretende-se contribuir para a reflexão sobre os caminhos necessários para que o hábito da leitura se fortaleça como instrumento fundamental para o exercício pleno da cidadania.

A metodologia utilizada neste trabalho de pesquisa é de cunho bibliográfico, com o objetivo analisar e explicar a importância da democratização da leitura para a formação de leitores. O método perpassará pelo levantamento, análise e interpretação de textos literários, teóricos e críticos já publicados. Por fim, faz-se necessário lembrar da pesquisa qualitativa, que enfoca a compreensão profunda de fenômenos, explorando aspectos subjetivos, a partir de coleta prévia de dados não numéricos, como entrevistas, observações e análise de conteúdo.

1. A LEITURA E A FORMAÇÃO DOS LEITORES NO BRASIL

O objetivo deste primeiro capítulo é o de discutir a importância da leitura no contexto da educação e sua relevância para a formação de leitores críticos e autônomos. A partir do entendimento da leitura como um processo de decodificação, mas também de interpretação e interação com o texto, busca-se explorar como ela pode contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica e a formação de cidadãos capazes de analisar, questionar e transformar a realidade à sua volta. Dessa forma, a leitura deixa de ser apenas uma habilidade técnica e passa a ser um instrumento fundamental para o exercício da cidadania.

Compreendemos que a formação de um leitor crítico envolve um percurso educativo que se estende desde o entendimento de textos simples até a interação com livros literários, fontes ricas de cultura e conhecimento. Nesse sentido, não só nesse primeiro capítulo, mas ao longo deste trabalho, serão elencados os fatores que influenciam a formação de leitores no Brasil, levando em consideração as especificidades culturais e sociais do país, além da importância de uma leitura crítica no combate às desigualdades e manipulações sociais.

Ao ler uma notícia, por exemplo, o leitor mais experiente é capaz de identificar possíveis manipulações e realizar uma leitura mais apurada. Isso significa que ele não apenas compreende o conteúdo imediato, mas também o relaciona ao seu conhecimento prévio e ao contexto social e histórico. Por outro lado, há ainda algumas pessoas em que a notícia representa apenas um conjunto de informações, algo que é absorvido passivamente, sem questionamento. Essa postura favorece a manutenção das desigualdades, pois indivíduos sem pensamento crítico tornam-se mais vulneráveis à manipulação por parte daqueles que detêm o poder, contribuindo para a perpetuação de estruturas de dominação e controle social.

Importa destacar que o leitor crítico começa a ser formado ainda no contexto escolar, e nesse ambiente a leitura assume uma importância central na formação de cidadãos autônomos, tornando-se uma habilidade que transcende seu uso cotidiano para tarefas como ler rótulos, receitas ou notícias, pois também nos conduz ao universo dos livros, que são fontes ricas de cultura, conhecimento e entretenimento. Dentre eles, os livros literários ocupam um lugar de destaque,

oferecendo uma ampla diversidade de gêneros, com variações nos objetivos, temas e linguagens, atendendo aos mais variados interesses de leitura. Assim, ela é, ao mesmo tempo, um direito, como já afirmou o professor e crítico literário Antonio Candido, e um meio para o exercício da cidadania plena (Candido, 2011).

1.1. Acesso ao Livro no Brasil: Políticas Públicas, Direito e Cidadania

A leitura é essencial para o exercício de uma cidadania consciente, pois permite ao indivíduo não apenas compreender a realidade em que está inserido, mas também questioná-la e agir para transformá-la. Diante disso, podemos considerar a leitura um direito? Sim. No Brasil, esse direito é reconhecido pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita como uma estratégia permanente para a promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público.

Embora o direito à leitura e conseqüentemente à literatura seja assegurado por lei no Brasil, os dados da pesquisa realizada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes em 2015, revelou uma realidade alarmante: o país ocupou a 59ª posição entre 70 nações avaliadas no quesito leitura, situando-se abaixo da média mundial.

O PISA (Programme for International Student Assessment), que é realizado a cada três anos, é um dos estudos mais robustos sobre educação no mundo e avalia estudantes de 15 anos de idade para entender que habilidades e conhecimentos essenciais adquiriram no contexto escolar e fora dele até aquele momento, essa pesquisa avalia as áreas de leitura, ciências e matemática. Segundo o programa, as habilidades essenciais a serem atingidas no âmbito da leitura são: “capacidade de compreender, usar, avaliar, refletir sobre e envolver-se com textos, a fim de alcançar um objetivo, desenvolver seu conhecimento e seu potencial, e participar da sociedade” (PISA, 2015)¹, para acentuar ainda mais o que já foi dito sobre a falta de interpretação e criticidade do leitor brasileiro, o programa destaca alguns pontos fortes e fracos do país:

¹ Informação coletada no site oficial do PISA: Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/resultados>> Acesso em: 03/04/2025.

DIFICULDADE DOS ITENS PARA OS ESTUDANTES BRASILEIROS



PONTOS FORTES X PONTOS FRACOS





Pontos fracos do Brasil:

- Lidar com textos da situação pública (textos e documentos oficiais, notas públicas e notícias);
- Itens com textos no formato combinado, caracterizados pela junção de parágrafos em prosa e listas, gráficos, tabelas ou diagramas;
- Itens que envolvem o aspecto *integrar e interpretar*.

Pontos fortes do Brasil:

- Lidar com textos representativos de situação pessoal (e-mails, mensagens instantâneas, blogs, cartas pessoais, textos literários e textos informativos);
- Itens com textos contínuos, definidos por sua organização em orações e parágrafos, e típicos em textos argumentativos, contos e romance;
- Itens que envolvem o aspecto *localizar e recuperar informação*.





PISA 2015 - Pontos fortes e fracos do Brasil no quesito leitura. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/resultados>

Com base nas informações apresentadas na imagem, observa-se que os estudantes brasileiros demonstram maior facilidade na leitura de textos cotidianos, como e-mails, mensagens, blogs, contos e romances. Por sua vez, encontram mais dificuldade para compreender textos de caráter público, como documentos oficiais e notícias, bem como aqueles que combinam diferentes formatos, como gráficos e tabelas. Além disso, apresentam desafios ao interpretar e estabelecer conexões entre informações. Essa situação é preocupante e mostra que a leitura no Brasil, no ano de 2015, ainda estava muito ligada ao uso pessoal e imediato, com pouco incentivo para compreender textos mais complexos ou reflexivos. Segundo Antonio Candido (2011), no texto “O direito à literatura”, o acesso à leitura, especialmente à literária, é essencial como direito:

Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. [...] Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade

universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito. (Candido, 2011, p. 176 e 177)

A reflexão proposta por Candido amplia a compreensão sobre a leitura, especialmente a literária, como uma necessidade humana e um direito fundamental. No entanto, ao observar os dados e diagnósticos sobre a prática da leitura no Brasil, percebe-se que esse direito, embora reconhecido, ainda não é plenamente assegurado a todos. O cenário apresentado pelo PISA, realizado em 2015, evidencia um paradoxo entre o acesso legal garantido e a efetividade de políticas públicas voltadas para a promoção da leitura, uma discrepância que aponta para desafios estruturais, como a falta de investimento em educação e bibliotecas públicas, bem como a necessidade de uma cultura que valorize a leitura como prática cotidiana essencial para o progresso social e cultural.

Ao analisarmos os dados mais recentes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes referentes à edição de 2022, é possível compreender o panorama mais detalhes a respeito da leitura no Brasil. Esse ciclo do estudo, aplicado em 81 países por meio de provas computadorizadas, contou com a participação de aproximadamente 89 mil estudantes, dos quais 10.798 eram brasileiros, oriundos de 599 escolas — sendo 73,1% da rede estadual. A média de desempenho em leitura no país foi comparada à de países da América do Sul, além de Espanha, Portugal, Estados Unidos, Coreia do Sul e Finlândia. Os resultados dessa comparação estão representados no gráfico a seguir:

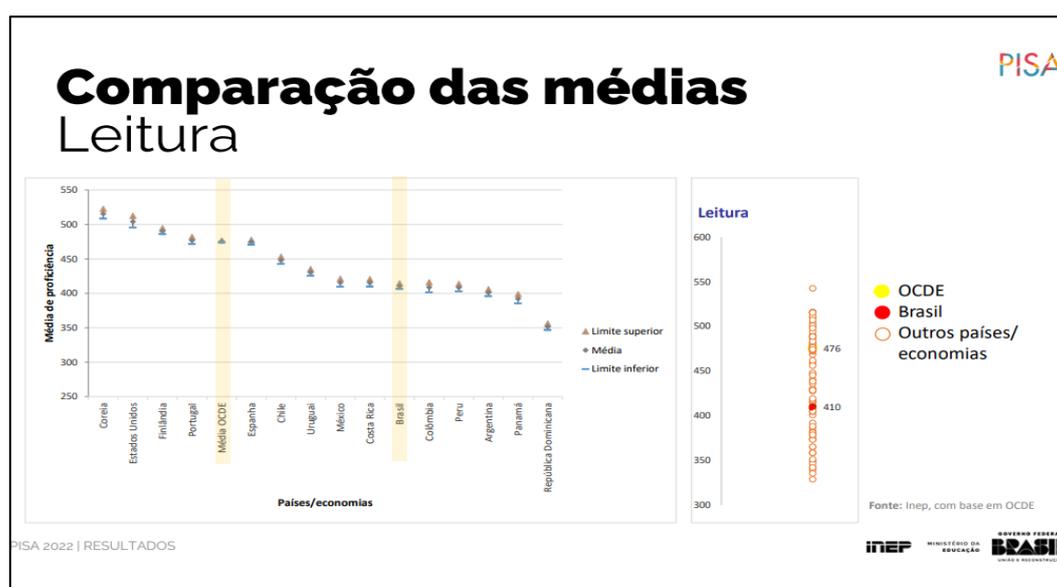


Gráfico do PISA. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/resultados>

O gráfico acima mostra os índices de leitura em diferentes países, dentre os quais o Brasil está destacado em vermelho e a média da OCDE em amarelo (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - grupo internacional de países desenvolvidos que buscam promover políticas para o crescimento econômico, a educação de qualidade e o bem-estar social). Como podemos ver, o Brasil obteve uma média de 410 pontos em leitura, ficando bem abaixo da média, atrás de países como México, Uruguai e Chile.

Além de evidenciar o baixo desempenho do Brasil, o gráfico também nos permite fazer comparações importantes com países de maior desenvolvimento educacional, revelando aspectos culturais e estruturais que influenciam os índices de leitura. Países como a Finlândia e a Coreia, por exemplo, direcionam recursos significativos para a formação de professores, infraestrutura escolar e metodologias inovadoras, a leitura é incorporada desde cedo na rotina dos alunos, com bibliotecas bem equipadas, programas de incentivo à leitura e uma cultura que valoriza o acesso à informação e ao conhecimento. Segundo Fernanda Scarparo Martins em sua dissertação de mestrado intitulada *O Papel da Educação no Desenvolvimento Como Liberdade: Uma Análise Comparada de Finlândia e Coreia do Sul*:²

A principal reforma educacional ocorrida na Finlândia dos anos 1960 criou as comprehensive schools. Nelas, alunos de famílias socioeconomicamente favorecidas e desfavorecidas passaram a frequentar o mesmo espaço e ambiente e a desfrutar do mesmo nível de qualidade na educação. Qualidade essa cujo aumento também foi incentivado: cerca de uma década depois a reforma na formação dos docentes resultou numa das carreiras mais valorizadas do país. A Coreia, muito focada na expansão quantitativa desde o início do período analisado, operou reformas e direcionou investimentos que levaram à universalização do ensino básico em 1960, do ensino secundário em 1980 e a ter, atualmente, quase metade da população entre 25 e 64 anos com um diploma de ensino superior nas mãos. Sem dúvida, essa transformação no ensino, em tão pouco tempo, é admirável. Viu-se, em ambos os países, como a educação pode ser tratada como um investimento social aliado aos objetivos da política macroeconômica. (Martins, 2017, p. 68)

² Dissertação disponível em: <<https://cede.uff.br/wp-content/uploads/sites/251/2021/08/SCARPARO-F.-2017.-O-papel-da-educacao-no-desenvolvimento-como-liberdade-uma-analise-comparada-de-Finlandia-e-Coreia-do-Sul.pdf#:~:text=Para%20tal%2C%20s%C3%A3o%20explorados%20os%20casos%20de,em%20dois%20sistemas%20educacionais%20de%20efici%C3%Aancia%20igualmente>> Acesso em: 13/04/2025.

As questões expostas no excerto acima revelam mais do que avanços estruturais: mostram uma mudança profunda na forma como a educação foi concebida como instrumento de igualdade social e desenvolvimento econômico. Ao integrar alunos de diferentes classes sociais em um mesmo sistema escolar de qualidade, a Finlândia rompeu com uma lógica excludente e tradicional, apostando em um modelo que forma cidadãos mais conscientes, preparados e igualitários.

Essa é uma aposta que se reflete também no incentivo à leitura desde os primeiros anos escolares, elemento central na formação de um pensamento crítico e autônomo. Não por acaso, a Finlândia está entre os países com melhor desempenho em leitura no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, revelando não apenas diferenciais curriculares, mas também culturais: na Finlândia, a leitura é uma prática social valorizada, acessível e constantemente estimulada dentro e fora da escola.

No caso da Coreia do Sul, a análise destaca um investimento de longo prazo que relaciona crescimento educacional com avanço econômico. Para entender o sucesso coreano, o artigo “Coréia do Sul: Comunidade e Governo em Prol do Ensino de Qualidade”, traz que:

O segredo do progresso da educação coreana deve-se ao investimento constante e maciço de recursos públicos na educação básica, considerada como prioridade no país e estabelecida como gratuita e obrigatória para todos. Cerca 50% do ensino médio coreano constitui-se por escolas privadas, enquanto as universidades são também todas pagas, mesmo as públicas. Além disso, o investimento no ensino médio e superior fica todo a cargo da iniciativa privada no país, já que os recursos públicos do governo são destinados à educação básica. (Mendes, *et al*, 2012, p. 5)

A valorização da leitura também é evidente nesse contexto: a Coreia do Sul figura entre os primeiros colocados no PISA, com médias próximas a 517 pontos em leitura, reflexo de uma política educacional que estimula o letramento funcional, o acesso a livros e a exigência acadêmica desde o ensino básico. Em contrapartida, no Brasil, a dificuldade dos estudantes em interpretar textos mais complexos, como os de situação pública, documentos oficiais ou textos com múltiplas linguagens, aponta para falhas na formação leitora. Tais dados reforçam o alerta de autores como Antonio Candido, para quem a literatura é um

direito humano essencial que tem funções além de entreter, pois amplia a visão de mundo e fortalece a cidadania, como esclarece o trecho a seguir:

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório, mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (Candido, 2011, p. 178 e 179)

Antonio Candido destaca a literatura como essencial para a formação humana, ao integrar expressão, conhecimento e sensibilidade. Esse entendimento reforça que o acesso à literatura deve ser garantido como um direito, fundamental para o desenvolvimento crítico e social. Entretanto, os resultados do Brasil no PISA mostram não apenas dificuldades técnicas, mas também a ausência de políticas duradouras que promovam a leitura como prática cultural e emancipadora.

Aos países citados anteriormente como exemplos de bem-sucedidos no quesito leitura (Finlândia e Coréia do Sul), dentre outros desenvolvidos, as políticas de leitura chegam a grande maioria da população, o que os diferencia da realidade brasileira, além disso são promovidas atividades que ampliam o interesse dos estudantes por livros e textos diversos, o que se reflete nos resultados dos testes em pesquisas como o PISA. A Finlândia e a Coréia do Sul mostram que a valorização da leitura e das bibliotecas escolares tem um impacto direto no desempenho educacional dos países.

Retomando o estudo do PISA, em sua edição de 2022, observa-se que 50% dos estudantes brasileiros não alcançam o nível básico em leitura, considerado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) como o mínimo necessário para o pleno exercício da cidadania. Em outro gráfico do mesmo estudo, há uma comparação entre brasileiros por regiões, em que o desempenho médio das Regiões Sul (427) e Sudeste (420) é significativamente superior ao nacional, o da Região Centro-Oeste (424) é estatisticamente igual à média Brasil e o das Regiões Norte (382) e Nordeste (392) inferiores ao nacional (410). Segundo Bif e Menti no texto: “O direito à leitura no Brasil” é preciso que o país enxergue o “acesso à leitura como um

direito, contextualizando a leitura como uma prática indispensável para construção de sociedades democráticas e um direito essencial para o exercício da cidadania” (Biff e Menti, 2018, p. 448)

Para que o Brasil supere os desafios relacionados ao hábito de leitura e eleve seus índices no PISA, assim como em outras avaliações internacionais, torna-se imprescindível a adoção de estratégias distintas das atualmente implementadas.

Observamos, por exemplo, que algumas bibliotecas públicas permanecem desativadas em decorrência da falta de funcionários e de material didático e paradidático. Além disso, não há uma promoção efetiva de atividades que estimulem o interesse pela leitura. Soma-se a isso o fato de que muitos indivíduos dispõem de tempo insuficiente para a leitura devido à rotina exaustiva de trabalho, além dos elevados índices de analfabetismo e dos altos preços dos livros.

A formação do hábito leitor no Brasil está profundamente marcada por um histórico de exclusão social e cultural que remonta ao período colonial. Desde então, o acesso à educação foi intencionalmente limitado, configurando-se como um mecanismo de controle social que perpetuou desigualdades e restringiu a participação cidadã a um grupo seletivo. Essa é uma herança estrutural que ainda apresenta os desafios contemporâneos relacionados à democratização do conhecimento e à construção de uma sociedade mais justa e informada. Como destaca Yunes e Pondé:

A questão da leitura, no Brasil, data da época colonial, cujo sistema de dominação impedia que a educação se popularizasse, como forma de manter o povo alienado da informação e do poder. Em consequência, o acesso à participação ficava restrito às elites culturais e econômicas, que enviavam seus filhos para estudar na Europa colonizadora. (Yunes e Pondé, 1988, p. 26 e 27)

Antes mesmo da instituição da Lei nº 13.696, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, a Constituição Brasileira de 1988 já reconhecia o direito à educação como universal e estabeleceu o acesso à leitura como um elemento essencial para a participação plena no espaço social e político. No entanto, a efetivação desse direito no Brasil ainda enfrenta problemas relacionados ao acesso desigual aos livros, à falta de políticas públicas eficazes de incentivo à leitura e às disparidades no sistema educacional (Brasil, 1988).

Entendemos que a formação de leitores, portanto, exige a construção de estratégias que visem integrar o ensino da leitura e literatura à formação crítica dos cidadãos, assegurando que todos, independentemente de classe social ou região, possam se apropriar da leitura como uma ferramenta de transformação pessoal e social.

Se traçarmos uma análise histórica, mesmo que sucinta, veremos que durante a Colonização portuguesa a educação dita “formal” era direcionada aos homens brancos ricos e a literatura direcionada à elite, sendo marcada por uma linguagem culta que dificultava o acesso do público comum, mesmo daqueles que tinham interesse pela leitura. Com a colonização vieram também os Jesuítas e sua forma de ensinar. De acordo com Marilucia Caetano Costa,

Os jesuítas tiveram grande contribuição na Educação formal brasileira, que se deu no período colonial, assim que os portugueses chegaram no Brasil, com a chegada da Companhia de Jesus. [...] Os padres jesuítas tinham formação cultural, além de trazer consigo costumes religiosos, trouxeram sua metodologia de ensino e plano de trabalho pedagógico. (Costa, 2024, p. 2 e 3)

O ensino permaneceu sob o controle da igreja católica, especificamente à cargo dos jesuítas por mais de 200 anos. No entanto, esse ensino não era universal; destinava-se principalmente a meninos brancos e ricos, além de indígenas, estes últimos com o propósito específico de catequização. Para isso, foram criadas escolas voltadas para o ensino de leitura, escrita e aritmética básicas. Embora a literatura estivesse presente, seu foco era restrito a textos religiosos e filosóficos. Dessa forma, formar leitores com habilidades críticas ou interpretativas estava longe de ser o objetivo dos religiosos, cujo principal propósito era a formação de bons cristãos.

Em 1759 os Jesuítas foram expulsos do Brasil e o trabalho que até então era desenvolvido deu lugar a reforma de Marquês de Pombal³, que consistia na criação das “Aulas Régias”, uma primeira tentativa de ensino público no Brasil, mas que infelizmente não funcionou, pois, a educação não chegou à maioria da população, não tendo a organização que um sistema educacional deveria ter.

³ A reforma instituída por Marquês de Pombal consistia em uma série de medidas tomadas por ele no século XVIII, com o objetivo de modernizar o sistema educacional em Portugal e suas colônias, especialmente no Brasil. A reforma visava substituir a influência da Igreja, especialmente dos jesuítas, pelo Estado, implementando um sistema de ensino estatal e secular, com foco em disciplinas práticas e úteis para o desenvolvimento econômico.

No contexto da leitura e da literatura, o Brasil continuava sem autores locais e dependia do acervo Europeu, além disso a leitura não se popularizou e permaneceu ligada a grupos privilegiados pois os alfabetizados ainda eram minoria (brancos e ricos) e não existiam bibliotecas públicas, sendo que as poucas existentes naquele momento pertenciam a mosteiros, colégios religiosos ou famílias ricas. A situação deu sinal de melhora em 1808, quando a família real chegou ao Brasil e houve a abertura da “Biblioteca Real”, além da impressão e distribuição de jornais e livros. No século XIX, predominavam características eruditas na produção literária, o que reforçava seu caráter excludente, como relembra o crítico Antonio Candido:

A luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis de cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável. (Candido, 2011, p. 193)

Para o autor, uma sociedade verdadeiramente justa pressupõe o acesso universal à arte e à literatura, independentemente da classe social ou do nível educacional dos indivíduos. Essa fragmentação cultural cria barreiras que dificultam a interação entre diferentes grupos sociais. Defende-se, nesse contexto, que o “direito à literatura” integre uma luta mais ampla pelos direitos humanos, englobando o acesso universal às diversas manifestações culturais. Candido observa, ainda, que, no século XIX, a literatura erudita era privilégio de uma pequena elite, fato que aprofundava as disparidades sociais. Assim, garantir o acesso equitativo à literatura constitui um elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por um longo período desde a era colonial os escritores brasileiros eram raros e a distância do povo comum brasileiro da leitura era o fruto que se colhia desse aspecto. Somente a partir do século XX, foram realizados esforços significativos para democratizar a educação e ampliar o acesso à leitura. Nesse contexto, surgiram políticas públicas voltadas para a inclusão e a promoção da leitura, além de uma literatura que passou a considerar o perfil e os interesses do leitor. Segundo Yunes e Pondé é importante destacar que:

A dificuldade na universalização da leitura em nossa sociedade, tem em sua origem a luta pela libertação de formas arcaicas e anacrônicas. Transitamos de uma sociedade pré e pós-letrada, sem a existência de um momento intermediário para a disseminação do hábito de ler. [...] Urge uma revisão do papel da literatura na escola de 1º grau, como meio de superar a dominação e o marasmo estabelecidos pelo sistema. (Yunes e Pondé, 1988, p. 36)

Segundo as autoras, A universalização do hábito de leitura no Brasil enfrenta obstáculos históricos profundamente enraizados, refletindo uma transição abrupta entre sociedades “pré-letradas e pós-letradas”, sem a consolidação de um processo gradual que fomentasse a disseminação efetiva da leitura. Essa ausência de um período intermediário evidencia o legado de formas anacrônicas de exclusão cultural, que dificultam a construção de uma cultura leitora ampla e democrática. Nesse contexto, torna-se imperativa uma revisão crítica do papel da literatura no ensino fundamental, de modo que esta deixe de ser apenas um elemento curricular formal e passe a constituir uma ferramenta de resistência contra as estruturas de dominação cultural. A literatura, portanto, deve ser valorizada como instrumento capaz de desconstruir o conformismo e o marasmo impostos pelo sistema educacional e social vigente, promovendo a emancipação intelectual e o exercício pleno da cidadania.

Por isso, as autoras defendem a necessidade de repensar o lugar da literatura na escola, argumentando que a leitura pode ser um instrumento para transformar a realidade dos alunos, estimulando-os a pensar, imaginar e compreender melhor o mundo ao seu redor. A escola deve promover uma leitura prazerosa e significativa, que ultrapasse o âmbito das obrigações e tarefas mecânicas, só assim os estudantes terão maior possibilidade de tornarem-se leitores críticos e participativos na sociedade.

Para além do ambiente escolar, fatores sociais e econômicos também influenciaram a valorização da leitura como produto na sociedade. As transformações ocorridas ao longo do século XX evidenciam que a leitura deixou de ser vista exclusivamente como uma prática educativa, assumindo novos espaços e funções.

Nesse período, a produção de livros sofreu mudanças importantes e a literatura passou a ser concebida como um bem comercializável. Paralelamente, a alfabetização tornou-se um critério fundamental para a contratação de trabalhadores, intensificando a importância da leitura no país. Apesar desse

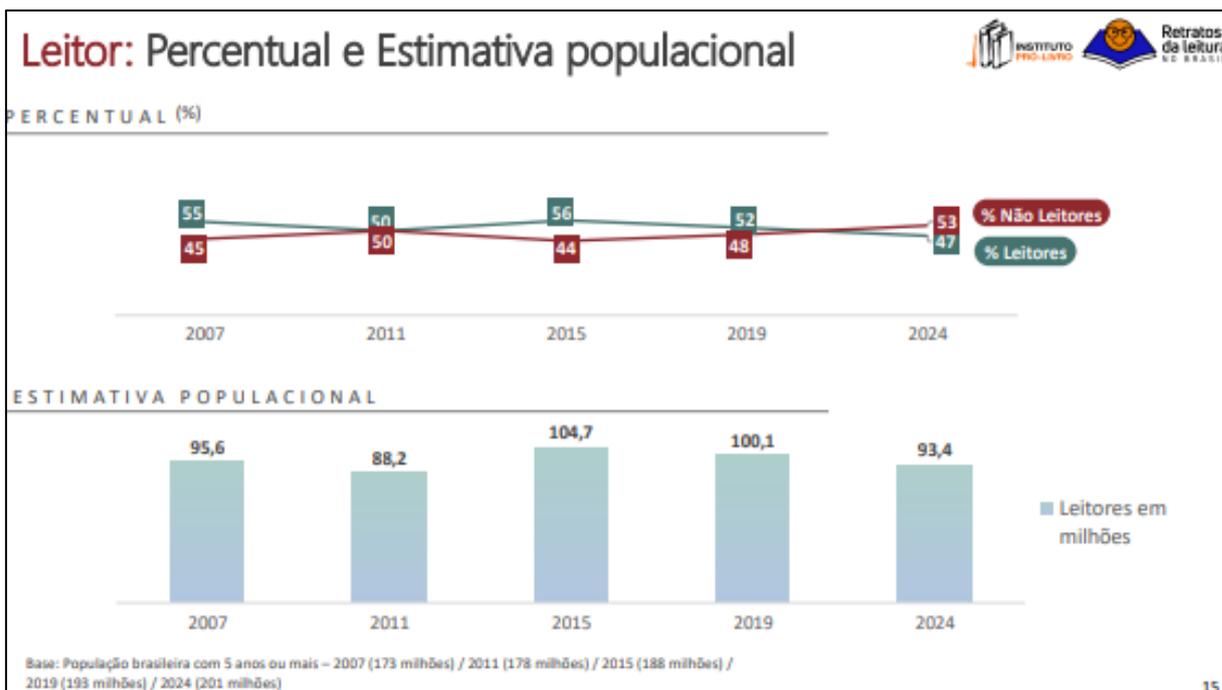
movimento impulsionado por interesses capitalistas, os índices de leitura no Brasil permaneceram baixos. Para Yunes e Pondé,

Nunca houve tamanha escolarização (apesar dos altos índices de analfabetismo), nunca fomos tão “cultura global”, no entanto isto não nos tem transformado numa sociedade mais justa e equilibrada. A julgar pelos que, egressos da escola, não leem e pela falta de comunicação entre pessoas de um mesmo grupo de interesses o que existe é um paradoxo. (Yunes e Pondé, 1988, p. 52)

Mesmo com o avanço no acesso à educação e à informação, a prática da leitura no Brasil continua limitada e desigual. A escolarização, embora mais ampla, não tem sido suficiente para formar leitores efetivos, reforçando o paradoxo mencionado no excerto acima. Diante desse cenário, torna-se necessário investigar mais a fundo as razões que explicam o distanciamento da população em relação aos livros e à prática da leitura.

1.2. Bibliotecas Escolares e o Plano Nacional do Livro: Caminhos para Democratizar a Leitura no Brasil

É bastante comum ouvirmos, no dia a dia, a afirmação de que “brasileiro não lê”. Mas quais seriam as razões para isso? De acordo com a pesquisa “Retratos da Leitura do Brasil”, realizada a cada quatro anos, desde 2007 pelo Instituto Pró-Livro, o índice de leitores vem caindo e pela primeira vez, desde o início das pesquisas, foi registrado um número maior de não leitores do que de leitores, sendo “não leitores” aqueles que declararam não ter lido nenhum livro, ou mesmo parte de um, nos três meses que precediam a pesquisa, o levantamento mostra que 53% dos entrevistados não tinham lido qualquer gênero, incluindo a Bíblia, isso indica um retrocesso preocupante no hábito da leitura. Podemos observar os dados na imagem a seguir:



Pesquisa "Retratos da Leitura, realizada no Brasil. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/pesquisas-retratos-da-leitura/as-pesquisas-2/>

O PISA 2022, citado anteriormente, mostrava um desempenho baixo dos estudantes brasileiros em leitura, com uma média de proficiência inferior à de países desenvolvidos, o que pode ser corroborado pelos resultados do “Retratos da Leitura no Brasil – 2024”, em que os gráficos evidenciam a significativa redução no número de leitores no país ao longo dos anos.

Entre 2019 e 2024, o Brasil registrou uma perda média de 6,7 milhões de leitores, abrangendo diferentes faixas etárias e classes sociais. A combinação de dados dos dois estudos sugere que o Brasil enfrenta uma crise no hábito da leitura, o que compromete o desenvolvimento educacional e a formação de leitores críticos, esse cenário ressalta a necessidade urgente de estimular a leitura entre adultos e incentivar o hábito entre crianças e jovens em idade escolar.

Nessa direção, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) surge como uma iniciativa estratégica do governo brasileiro, com o objetivo de articular ações voltadas para a formação de leitores, a valorização da leitura e o fortalecimento das bibliotecas, especialmente no ambiente escolar. A seguir, serão apresentadas as principais diretrizes e propostas do PNLL, além de seu conceito, evidenciando sua relevância na construção de uma sociedade leitora

e na superação dos desafios educacionais apontados pelas pesquisas mencionadas.

O Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) foi instituído como uma iniciativa da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério da Educação, visando promover a discussão sobre a leitura no Brasil. Seu principal objetivo é articular políticas públicas que garantam o acesso ao livro, à leitura e à literatura em todo o país. Embora tenha surgido inicialmente por meio de um decreto publicado no Diário Oficial em 10 de agosto de 2006, o PNLL só foi oficialmente reconhecido como uma política pública de Estado permanente em 2018, por meio da Lei nº 13.696. Segundo o texto presente no site “gov.br”, na seção Plano Nacional do Livro e Leitura, o PNLL:

Trata-se de diretrizes básicas para assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável. [...] A constituição do PNLL foi um marco significativo para a elaboração de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa para nortear, de forma orgânica, políticas programas, projetos e ações continuadas e permanentes. (Brasil, 2021)

O PNLL não se limita a incentivar o hábito da leitura, mas também procura fortalecer essa leitura, visando reconhecer seu papel estratégico no desenvolvimento intelectual, cultural e econômico do país, a constituição do PNLL, portanto, representou um marco na elaboração de uma Política de Estado abrangente, que visa orientar, de forma contínua e integrada, diversas ações e programas relacionados ao livro e à leitura no Brasil. O PNLL possui algumas diretrizes, são elas:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;

II - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa;

III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 ;
V - o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa.
(Brasil, 2018)

É interessante observar que cada uma dessas diretrizes foi pensada para enfrentar problemas identificados em diversas pesquisas sobre os baixos índices de leitura no país. No entanto, apesar desses esforços, o Brasil ainda apresenta níveis preocupantes de leitura, o que nos leva a refletir sobre os desafios persistentes e as possíveis falhas na implementação dessas políticas.

O PNLL está estruturado em quatro eixos principais: a democratização do acesso ao livro; o fomento à leitura e à formação de mediadores; a valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico; e o desenvolvimento da economia do livro.

O eixo da Democratização do acesso ao livro busca justamente garantir que o livro seja um objeto acessível a todos, independentemente de classe social ou condição econômica. Para isso, propõe a criação de políticas públicas que ampliem a presença de livros em bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, além de facilitar sua circulação e distribuição em todas as regiões do país. Essa democratização também implica a superação de barreiras econômicas e geográficas, promovendo a inclusão de populações historicamente excluídas do acesso à leitura e à cultura escrita.

A segundo eixo vai além da distribuição, ele trata do fomento à leitura e à formação de mediadores, ou seja, para que os objetivos sejam alcançados é necessário que se tenha bons profissionais, como professores qualificados, bibliotecários, entre outros que consigam criar verdadeiros ambientes de aprendizado e que estimulem o gosto e o hábito pela leitura. Assim, o PNLL investe na capacitação desses mediadores como agentes essenciais para transformar o livro em uma ferramenta de inclusão e emancipação social.

O terceiro, que fala da valorização institucional da leitura e ao incremento de seu valor simbólico, traz a importância de perceber o livro como um bem cultural e imprescindível no dia a dia dos cidadãos desde a infância. A proposta é que a leitura ultrapasse os limites da escola, sendo compreendida como uma

prática social fundamental para o exercício pleno da cidadania e para o fortalecimento da identidade cultural do país.

O quarto e último eixo nos fala sobre o desenvolvimento da economia do livro que visa expandir toda a questão produtiva envolvida, desde autores a editoras ou livrarias. O fortalecimento desse setor é visto como estratégico, não apenas para ampliar a diversidade e a qualidade das obras disponíveis, mas também estimula a produção intelectual, gera empregos e movimenta a economia.

Entendemos, portanto, que o PNLL integra cultura, educação e economia, reconhecendo o livro como um elemento fundamental para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. De acordo com Nete, Moreira e Steindel,

A leitura como prática social dentro do ambiente escolar, pode movimentar uma cultura, criando sociabilidades e sensações que estimulem o conhecimento, sensibilidades e imaginação de toda uma comunidade escolar por meio de mediadores bem qualificados, como propõe o PNLL, em suas diretrizes. (N, Moreira e Steindel, 2022, p. 175)

A citação destaca a leitura como uma prática social capaz de transformar a cultura escolar, promovendo o desenvolvimento do conhecimento, da sensibilidade e da imaginação, especialmente quando mediada por profissionais bem-preparados, conforme orienta o PNLL. Essa perspectiva reforça a importância de investir na formação de educadores que estimulem o interesse pela leitura de maneira efetiva e significativa no contexto escolar. Além disso, ao assegurar a presença de livros, reconhecer a leitura como uma prática essencial e apoiar todo o setor que envolve sua produção e circulação, o PNLL favorece a criação de ambientes escolares mais ricos e estimulantes. Dessa forma, a leitura passa a ser um elemento fundamental na formação integral dos estudantes, fortalecendo a convivência, o senso crítico e a participação ativa na sociedade.

Para que a distribuição de livros seja feita de forma como o PNLL planeja é preciso lembrar que eles precisam ser produzidos, e para isso é necessário que se tenha verba suficiente. Há documentos oficiais que tratam do financiamento e das políticas públicas voltadas às bibliotecas escolares no Brasil. Embora o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) estabeleça diretrizes

para a promoção da leitura, o financiamento específico para bibliotecas escolares é abordado em programas e legislações complementares.

Outros programas e políticas que existem para reger essas questões de leitura no Brasil são: o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ou até mesmo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) que apesar de se tratar de uma política mais geral, também pode se encaixar nas de leitura.

Apesar da importância das políticas públicas e dos programas de financiamento para garantir o acesso aos livros nas escolas, é fundamental entender que apenas ter os materiais disponíveis não garante o interesse pela leitura. O verdadeiro desafio é transformar esse acesso em vivências enriquecedoras para os alunos, que estimulem o gosto e a curiosidade pela leitura desde os primeiros anos escolares. O gosto pela leitura não é igualmente desenvolvido em todos, mas, como apontam Yunes e Pondé (1988, p.7), "muitos adultos que leem começaram a fazê-lo na infância". Com isso em mente, é fundamental pensar em como incentivar esse interesse desde cedo.

A escola, como responsável pela transmissão de conhecimentos estruturados e pela alfabetização, desempenha um papel crucial nesse processo, podendo ser uma grande aliada no despertar e na formação do hábito de leitura nas crianças, desde que a metodologia adotada seja adequada. A sala de aula possui um grande potencial para a construção de leitores, contudo, observa-se um crescente desinteresse pela leitura nesse contexto. Para reverter essa situação, é essencial, antes de tudo, refletir sobre o tipo de literatura a ser apresentada e, em seguida, definir a abordagem mais eficaz para trabalhá-la.

No ambiente escolar, a biblioteca é o espaço ideal para estimular o hábito de leitura, mas, para que isso aconteça de forma eficaz, ela precisa ser bem estruturada e funcional. O que acontece atualmente é a presença de espaços físicos abandonados e desativados, que nada contribuem com o interesse pela leitura, como destaca Cyana Leahy (2006):

De modo geral, bibliotecas e salas de leitura são meios desestimulantes, carentes de uma política permanente de incentivo ao ato de ler. Estudantes são especialmente ignorados como leitores. [...] Ainda se pressupõe que bibliotecas são para as escolas de orientação acadêmica onde estudam os ricos, e as oficinas são para as escolas

profissionalizantes dos pobres (CUNHA; NISKIER, p. 121). Penso que a biblioteca escolar pode constituir um fator de estímulo e renovação do processo ensino-aprendizagem. A leitura por prazer diverte, informa e ajuda a construir conhecimento e novas criações (ANTUNES, Anais do 7º COLE, 1991, p. 103). Entendo a leitura de livros de literatura infantil e juvenil como um rico recurso transformador à disposição de professores e alunos, capaz de modificar comportamentos de forma profunda. (Leahy, 2006, p. 14)

Diante da realidade apontada, fica evidente que o espaço da biblioteca escolar, em vez de ser apenas um local de armazenamento de livros, precisa ser repensado como um ambiente vivo, acolhedor e motivador. É essencial que haja políticas funcionais que integrem a leitura ao cotidiano dos estudantes, independentemente de sua origem social, superando a visão elitista e restrita desses espaços. Assim, iniciativas que valorizem o prazer de ler podem contribuir de forma significativa para a formação de leitores críticos e criativos. Ter um espaço ativo nas escolas de educação básica é fundamental para a formação de leitores. Desde a infância, o contato com um ambiente que valoriza e incentiva a leitura pode ser um fator decisivo para despertar nos alunos o interesse pela literatura, tornando a leitura uma prática prazerosa e constante.

É importante que os educadores entendam o valor da biblioteca escolar e que façam com que ela seja mais que um simples depósito de livros, podendo ser dinâmica, com atividades que estimulem a imaginação e deixam a leitura ainda mais interessante. A biblioteca pode aproximar os alunos de diversos universos literários e gêneros diferentes. De acordo com Yunes e Pondé:

Por trabalhar com o leitor desde seu primeiro contato com as letras, a literatura infantil efetivamente pode constituir-se na alternativa competente para a crise da educação e da educação no mundo moderno. (Yunes e Pondé, 1988, p. 52)

A literatura infanto-juvenil acompanha o processo de alfabetização, e a criança que tem a oportunidade de estar em contato constante com livros desde cedo certamente vivencia uma experiência de aprendizado mais enriquecedora. Infelizmente, a ideia de que a literatura infantil possui um valor secundário ainda persiste em alguns ambientes acadêmicos, apesar de sua importância.

O acesso à literatura, assim como o direito de frequentar bibliotecas públicas, é reconhecido como um direito fundamental. Além de proporcionar entretenimento e ampliar o repertório cultural, a leitura contribui

significativamente para o desenvolvimento intelectual e emocional dos indivíduos. Segundo Yunes e Pondé:

O discurso literário abre perspectivas para a percepção de mundo do ponto de vista da infância, traduzindo então suas emoções, seus sentimentos, suas condições existenciais em linguagem simbólica que efetue a catarse e promova um ensaio geral da vida: isso já ocorre com o brinquedo em que a própria criança pode tornar-se narradora, o “autor” do texto. (Yunes e Pondé, 1988, p. 47)

A literatura infantil oferece à criança a oportunidade de explorar suas emoções, sua visão de mundo e suas experiências de maneira simbólica e criativa. Ao reconhecer e valorizar essa forma de expressão, a escola pode tornar a leitura uma atividade significativa, capaz de estimular o imaginário e fortalecer o desenvolvimento emocional. Dessa forma, a leitura deve ser pensada como um espaço de liberdade e descoberta, e não apenas como uma obrigação imposta pela rotina escolar.

O uso da literatura nos primeiros anos escolares não precisa se desprender do lúdico, que é extremamente presente nessa fase, porém também não se deve ler para cumprir rotina. A experiência com a leitura deve ser dinâmica, entrelaçada com os objetivos da obra, os interesses dos alunos, a intencionalidade do professor com aquela obra etc.

Integrar projetos de leitura na educação infantil e nos primeiros anos escolares é uma estratégia que se conecta diretamente com tudo o que foi discutido sobre a importância da literatura para o desenvolvimento integral da criança, como será abordado no capítulo 2. Quando se organiza o trabalho com livros literários como “Dez motivos para amar os livros, A verdadeira história de Chapeuzinho Vermelho, Cesto de alegrias, O grande rabanete, O monstro das cores e Qual é a cor do amor?”, proporciona-se às crianças uma experiência de leitura viva, afetiva e significativa, respeitando o seu olhar lúdico sobre o mundo, como defendem autores como Yunes e Pondé e Cyana Leahy.

Todos os projetos mencionados permitem que o livro seja mais do que um objeto de leitura obrigatória: ele se transforma em ponto de partida para conversas, dramatizações, artes visuais, músicas e outras formas de expressão, tornando a experiência literária mais rica e envolvente.

Dentro desses projetos, a biblioteca escolar deve ser vista como um recurso fundamental, não apenas como um espaço físico para armazenar livros,

mas como um ambiente ativo de descoberta e encantamento. Organizar visitas frequentes à biblioteca, permitir que os alunos escolham livros livremente, promover rodas de leitura e criar momentos de contação de histórias são formas de integrar a biblioteca de maneira significativa aos projetos.

Assim, a biblioteca passa a cumprir seu verdadeiro papel de estimular o prazer da leitura e fortalecer a autonomia dos pequenos leitores, oferecendo-lhes variadas possibilidades de contato com o universo literário e contribuindo para formar uma relação positiva e duradoura com os livros desde os primeiros anos de vida.

2. LEITURA EM AÇÃO: PRÁTICAS ESCOLARES E PROJETOS LITERÁRIOS NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

Este segundo capítulo busca mostrar como as práticas pedagógicas e os projetos literários nas escolas podem ajudar na formação do leitor, destacando a importância das experiências escolares para despertar o interesse pela leitura e desenvolver o pensamento crítico.

Nas escolas, a leitura deve ser incentivada de forma planejada e constante, utilizando diferentes recursos e metodologias que tornem o contato com os textos mais significativo. Nesse sentido, a biblioteca escolar assume um papel central como espaço democrático e acolhedor, onde os alunos têm acesso a uma diversidade de livros literários que atendem a variados gostos e níveis de compreensão, como já mencionado no capítulo anterior. A biblioteca é, portanto, uma importante ferramenta para que os projetos pedagógicos possam se efetivar, oferecendo materiais ricos que alimentam a curiosidade e ampliam as possibilidades de leitura.

Apresentaremos, ao longo de nossa explanação, alguns métodos e projetos que aproximam os estudantes da literatura, tornando a leitura uma experiência interessante e enriquecedora. O objetivo é mostrar que o trabalho nas escolas deve ir além de transmitir conteúdos, incentivando a reflexão e o pensamento crítico sobre os temas sociais e culturais presentes nos textos.

Os livros literários são essenciais para esses projetos porque apresentam múltiplas linguagens, temas e contextos que estimulam a reflexão, o debate e a construção de sentido. Por meio deles, os estudantes podem se conectar com diferentes culturas, realidades e emoções, o que contribui para a formação de leitores críticos e conscientes de seu papel social. Além disso, a interação com a literatura favorece o desenvolvimento da empatia e da capacidade de análise, habilidades indispensáveis para a vida cidadã.

Os projetos de leitura, apoiados na biblioteca e nos livros literários, são estratégias eficazes para despertar o prazer pela leitura, fortalecer a compreensão crítica e formar sujeitos capazes de interpretar, questionar e intervir na realidade.

Por fim, reforça-se que formar um leitor crítico é um processo que começa na escola e se desenvolve ao longo da vida. Cabe à escola criar condições para que essa formação aconteça. Os projetos literários, portanto, são ferramentas importantes para aproximar os alunos dos livros, despertar o gosto pela leitura e fortalecer a cidadania e a capacidade de pensar por si mesmos.

2.1. O papel da escola na formação do hábito de leitura.

A formação do hábito de leitura é fundamental para o desenvolvimento educacional e social de qualquer indivíduo, sendo a escola um dos ambientes mais estratégicos para estimular e consolidar esse processo. No contexto brasileiro a escola ocupa uma posição de destaque como espaço de mediação entre o estudante e o universo da leitura, uma vez que, esse é o principal e, em alguns casos, o único local onde se tem contato sistemático com livros e outras produções textuais, pois muitas famílias podem não ter condições de adquirir livros ou até mesmo de ler.

Nas últimas décadas, o papel da escola na formação do leitor se intensificou, principalmente diante das mudanças culturais e tecnológicas que impactaram os hábitos de leitura. A crescente presença de mídias audiovisuais e digitais gerou novos desafios para a promoção do livro como objeto de interesse entre crianças e adolescentes, a atenção delas hoje está muito ligada a telas e isso infelizmente afeta o hábito de ler. Nesse cenário, o ambiente escolar detém uma função ainda mais relevante, buscando estratégias para reconquistar a atenção dos estudantes e promover o contato contínuo com a leitura literária. A produção literária voltada para a faixa etária escolar ganha mais destaque a partir dos anos 70, como destaca Vera Maria Tietzmann Silva (2009):

A partir dos anos 70, a qualidade da produção literária voltada para a criança despertou o interesse da escola, empenhada em reconquistar para a leitura crianças e jovens, cada vez mais seduzidos pela cultura da imagem que se oferecia eletronicamente, ao comando de um botão. A escola, então, redescobriu a literatura, e as editoras descobriram a escola. Como consequência, os livros saíram da caixa de brinquedos, onde costumavam alinhar-se junto a bonecas e carrinhos, e transferiram-se para a mochila estudantil. Esse movimento de retorno do livro literário à escola pôs em ação um processo dialético de estímulo e concorrência envolvendo escritores, ilustradores, editores e

livreiros, o que hoje pode ser medido nos mais de 600 títulos novos que invadem o mercado a cada ano, uma verdadeira avalanche. (Silva, 2009, p. 11)

A tríade escola - literatura - mercado editorial se fortaleceu, resultando em um crescimento expressivo na oferta de livros literários para o público infantojuvenil. A escola, ao incorporar a literatura como recurso pedagógico e cultural, passou a atuar não apenas na alfabetização, mas também na formação de leitores críticos e criativos. No entanto, ainda existem muitos obstáculos que dificultam a efetivação desse processo de maneira plena.

Ter livros disponíveis e contar com políticas públicas não significa que todos os estudantes terão boas experiências com a leitura. Muitas vezes, falta um trabalho pedagógico bem planejado, que consiga despertar o interesse e formar leitores que leem não só por obrigação, mas por prazer e com capacidade de pensar de forma crítica sobre o mundo, como já disseram Yunes e Pondé, “são dois fios que se puxam: o do acesso ao livro e o do interesse pela leitura” (1988, p.54)

Portanto, a escola não apenas cumpre sua função de transmitir conteúdos e habilidades técnicas, mas também deve atuar como promotora de experiências leitoras que despertem o interesse, o prazer e a autonomia dos alunos em relação à leitura. Como já vimos, existem muitas políticas públicas que visam garantir o acesso ao livro e a prática da leitura de forma satisfatória, porém por mais amparado por lei que essa questão aparente, o que acontece na realidade é bem diferente do ideal, como destaca Cyana Leahy (2006):

O "ensino" de leitura na escola está restrito "a um processo de alfabetização, no sentido de reconhecer palavras decompondo-as em sílabas e letras, e recompondo-as nas mesmas palavras ou em outras em vez de se preocupar com o ato de refletir sobre o significado exposto por elas" (OCSANA). Foi nossa pretensão, pois, que os leitores criassem laços com a leitura, sem a imposição de decifrar os códigos apresentados, e se limitassem a responder a questões previamente formuladas por nós, professoras. Pouco se conversa com os alunos, efetivamente, em sala de aula. (Leahy, 2006, p. 58)

Por muitas vezes, o trabalho com a leitura nas instituições de ensino brasileiras por vezes se limita ao mecânico, modelo que tende a transformar a leitura em uma atividade puramente técnica, sem muito sentido, onde o

estudante é levado a responder questões previamente elaboradas, sem dialogar, excluindo qualquer manifestação de opiniões, esse dilema acontece no cotidiano escolar, transformando a leitura em básica.

Pensamos que o desafio que se impõe à escola é justamente superar essa visão restrita e instrumental da leitura, avançando para práticas que promovam a imaginação e a compreensão crítica, preparando os estudantes para interagir de maneira mais significativa com o mundo que os cerca, para isso os alunos precisam mergulhar na literatura. Antonio Candido ressalta a importância da literatura quando diz:

[...] Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (Candido, 2011, p. 177)

A literatura como produção para o mundo e muitas vezes sobre o mundo, pode despertar discussões essenciais para a formação do indivíduo. Então, o papel da escola ultrapassa a dimensão instrucional, ao buscar criar uma cultura leitora capaz de influenciar positivamente a trajetória acadêmica e pessoal dos estudantes. Isso envolve a promoção de atividades pedagógicas que estimulem a curiosidade, a imaginação e o pensamento crítico, bem como a criação de espaços acolhedores e acessíveis, como bibliotecas escolares bem estruturadas, que possibilitem o livre acesso a livros variados e adequados às diferentes

Pensar sobre o papel da escola é considerar também a função de todos que a frequentam, não apenas os alunos, mas também os funcionários. Como menciona Vânia Maria Resende, em seu livro “Literatura Infantil & Juvenil Vivências de Leitura e Expressão Criadora: “numa escola em que todos os educadores se ocupassem da formação de leitores assim, todo livro e todas as vivências seriam instrumento humanizador e libertador” (Resende, 1997, p. 15)

É importante compreender que a responsabilidade pela formação de leitores não deve recair apenas sobre o professor de Língua Portuguesa, o Pedagogo ou o Bibliotecário, mas deve ser compartilhada por toda a comunidade

escolar. Quando todos os educadores reconhecem a leitura como parte essencial do processo educativo, ela passa a ser valorizada em diferentes espaços e momentos do cotidiano escolar, contribuindo para a criação de um ambiente mais acolhedor e estimulante para os estudantes.

A escola deve ser um ambiente onde a leitura não seja percebida apenas como uma obrigação curricular, mas sim como uma prática social, um direito de todos e uma ferramenta indispensável para o pleno exercício da cidadania. Essa concepção representa uma perspectiva bastante enriquecedora sobre a leitura no contexto escolar, como destaca Vera Maria Tietzmann Silva (2009):

A escola certamente não é mais aquele estabelecimento sombrio e opressivo, com professores severos infundindo terror nos alunos. Ela se abriu ao diálogo, à liberdade, às novas metodologias. Deixou de insistir apenas no estímulo a uma percepção racional da realidade. [...] A leitura, a produção de textos, as diversas possibilidades que as disciplinas, feiras e outras atividades promovidas pela escola dão ao aluno para exercer sua imaginação e sua criatividade fazem com que dentro mesmo do espaço escolar ele possa alcançar um desenvolvimento harmônico entre ciência e arte, razão e intuição. Isso é possível, e a literatura aí está, sugerindo caminhos. É preciso, então, que nós, professores, bibliotecários, coordenadores, diretores de escolas, sejamos capazes de rever continuamente nossa prática com um olhar crítico, como aconselhou Paulo Freire. (Silva, 2009, p. 31)

A autora apresenta uma visão idealizada da educação ao afirmar que a escola é aberta ao diálogo e à criatividade, e que a leitura e a produção textual são consideradas essenciais. No entanto, embora políticas públicas, como o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), defendam a democratização do acesso à leitura e a formação de leitores críticos, a realidade das escolas brasileiras ainda está longe de alcançar o que é necessário.

Muitas instituições de ensino necessitam de bibliotecas adequadas, acervos atualizados e profissionais capacitados para atuar como mediadores de leitura. Além disso, a sobrecarga curricular e as desigualdades socioeconômicas dificultam a implementação de práticas pedagógicas que valorizem a leitura como atividade prazerosa e formativa. Cabe à essas instituições criar condições para que a leitura seja uma prática constante e significativa, integrando projetos literários, oficinas de leitura e momentos de livre escolha nos acervos

disponíveis. Mesmo com as limitações estruturais e pedagógicas, é papel da escola estimular o contato frequente com diversos gêneros e autores, possibilitando que os alunos desenvolvam não apenas competências linguísticas, mas também o gosto pela leitura e a autonomia intelectual, fundamentais para sua formação

Persiste um impasse entre o que as políticas públicas propõem, o ideal pedagógico almejado e as condições concretas vividas no cotidiano escolar, como destaca a notícia a seguir de 2018, escrita por Lara Haje: “das 180 mil escolas brasileiras, 98 mil ou 55% não têm biblioteca escolar ou sala de leitura. Os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).” (Câmara, 2018), ou seja, o desafio persiste, pois, por mais que as leis existam, ela não é seguida como deveria.

Partindo do exposto, compreendemos que a democratização da leitura nas escolas brasileiras depende diretamente do comprometimento da instituição com políticas pedagógicas que valorizem o livro e a leitura, além de estratégias que articulem o trabalho dos professores, bibliotecários e demais mediadores. Assim, ao assumir sua responsabilidade na formação de leitores competentes e críticos, a escola contribui para reduzir desigualdades sociais e culturais, ampliando o acesso ao conhecimento e favorecendo o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, participativa e informada.

O hábito da leitura é mais facilmente adquirido quando iniciado na infância. Segundo Vânia Maria Resende (1997) isso acontece pois é na infância que temos o olhar mágico pelos livros, e conforme crescemos essa fantasia pode diminuir, ela menciona que um leitor iniciante pode ser “aquele em que temos que começar a despertar o gosto pela linguagem literária” e prossegue dizendo que:

A iniciação da leitura nem sempre se dá nos momentos iniciais da vida da criança, no lar e na escola. [...] Quando essa relação não existe retarda-se o percurso evolutivo do leitor, deixando-se de fazer chegar à criança a fantasia da literatura; porém, quando ela desde cedo ouve histórias e poemas tem o interesse cultivado. [...] Também não há, no espaço escolar, a ideal unidade de ação com objetivos coerentes sustentando os procedimentos de todos os educadores - alicerçando a prática da leitura. Assim, quem se compromete com a formação de leitores no Brasil tem que contar com bloqueios e dificuldades de várias ordens: vícios, distorções e equívocos na prática da leitura, ou a ausência dessa prática. Dificuldades básicas em termos da fluência linguística também podem gerar indisposição, lentidão, incompetência

para o ato da leitura, quando se exige de leitores inabilitados um ritmo que não é o seu. o leitor iniciante pode ser aquele que tem idade cronológica e escolar avançada. (Resende, 1997, p. 35)

Ressaltamos que quando não há estímulos adequados desde os primeiros anos, o desenvolvimento do leitor é comprometido. A falta de um trabalho articulado entre os educadores e a ausência de práticas planejadas acabam tornando a leitura uma atividade fragmentada e, muitas vezes, desmotivadora. Assim, é fundamental que a escola atue de forma articulada, oferecendo oportunidades constantes de contato com a leitura, respeitando as diferenças individuais e valorizando a literatura como um elemento central na formação dos estudantes.

No contexto da formação do hábito de leitura, é imprescindível que a escola amplie sua compreensão sobre os espaços e estratégias que favorecem esse processo. Mais do que limitar-se à sala de aula, é necessário que as instituições de ensino criem ambientes propícios ao desenvolvimento da curiosidade e do prazer pela leitura. Os resultados do PISA, pesquisa mencionada no capítulo anterior, reforçam a necessidade de ações mais efetivas, uma vez que o desempenho dos estudantes brasileiros evidencia fragilidades na compreensão leitora.

Políticas públicas como o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) são fundamentais, pois orientam práticas que valorizam o acesso aos livros e estimulam a formação de leitores autônomos. A escola, portanto, deve ser vista como um espaço cultural dinâmico, que oferece aos alunos múltiplas oportunidades de interação com textos diversos, promovendo a autonomia leitora e fortalecendo gradualmente o vínculo com o universo literário. A biblioteca escolar aparece como um espaço e um recurso fundamental nesse processo.

A biblioteca, quando funcional como já foi dito, é um recurso amplo para os professores incentivarem o hábito da leitura nas escolas, pois oferece um espaço privilegiado de mediação, onde o acesso aos livros ocorre de forma livre. Mais do que um local de armazenamento de obras, ela pode promover eventos, rodas de leitura e projetos interdisciplinares que superam a visão mecanicista da leitura, transformando-a em uma prática significativa e prazerosa.

Assim, é possível observar que, quando adequadamente utilizada, a biblioteca escolar expande consideravelmente as possibilidades pedagógicas, transformando-se em um espaço dinâmico para a formação do hábito da leitura. Nesse contexto, o próximo tópico explorará a integração da biblioteca aos projetos pedagógicos desenvolvidos no ambiente escolar, destacando seu papel como recurso essencial para estimular o interesse dos alunos pela leitura, promover práticas colaborativas e criativas, e fortalecer a conexão entre o estudante e o universo literário.

2.2. Leitura e Formação de Leitores Críticos

Ao refletir sobre a formação de leitores críticos, é fundamental reconhecer que muitas escolas no Brasil ainda enfrentam desafios significativos, como a falta de estrutura adequada e o desinteresse dos alunos pela leitura. No entanto, é imprescindível desenvolver atividades que transcendam as abordagens tradicionais de ensino e que utilizem a literatura como ferramenta para o pensamento crítico, a criação e o aprendizado. A elaboração de atividades dentro desse contexto pode ser integrada à pedagogia de projetos, que, conforme afirmam Souza, Santos e Santos, constitui-se em um método que:

[...] pressupõe que os saberes escolares necessitam ser integrados aos saberes sociais para que os conteúdos tenham sentido na vida prática dos estudantes. Assim, o trabalho educativo passa a ter sentido e significado para o estudante, auxiliando-o a resolver os problemas que surgem na vida cotidiana. Dessa forma, o professor, ao desenvolver o trabalho educativo voltado a elaboração de projetos, favorece a construção da subjetividade nos estudantes. Assim, um currículo que apresenta as disciplinas de forma interligadas, em que os conteúdos se relacionam entre si e com a vida cotidiana, permitirá nos estudantes uma compreensão crítica da realidade em sua totalidade. O professor assume o papel de mediador no processo de construção do trabalho educativo, como principal atividade à pesquisa. (Souza, Santos e Santos, 2020, p. 3)

Como o trabalho literário, fundamentado em projetos, pode influenciar positivamente a formação de leitores críticos? A pedagogia de projetos se apresenta como uma abordagem eficaz, pois promove a integração de diferentes áreas do conhecimento e estimula os estudantes a refletirem sobre os conteúdos de maneira mais ampla e significativa. Quando esses projetos têm como base

obras literárias e são desenvolvidos em espaços como a biblioteca escolar, eles oferecem aos alunos a oportunidade de pesquisar, interpretar e debater temas variados, o que contribui para o desenvolvimento de habilidades críticas, criativas e reflexivas. Dessa forma, o trabalho com projetos não só amplia o contato com a literatura, mas também favorece a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade ao seu redor.

Projetos que utilizam livros literários permitem que os alunos participem mais ativamente, criando gosto pela leitura e desenvolvendo uma visão mais crítica e consciente do mundo. Muitos acreditam que a pedagogia de projetos só pode ser usada na educação infantil, mas essa abordagem tem potencial para ser utilizada por toda educação básica, segundo Souza, Santos e Santos:

A utilização dos projetos pedagógicos como metodologia educativa articula a aprendizagem de conceitos, relacionando-os aos processos coletivos e internos desenvolvidos nos alunos durante a ação educativa. Os estudantes conseguem organizar as informações por meio de uma reorganização nas estruturas internas do pensamento, construindo novos conhecimentos, com base naqueles já adquiridos. (Souza, Santos e Santos, 2020, p. 3)

No contexto da leitura, essa abordagem permite que os estudantes se envolvam de forma ativa com os livros literários, promovendo uma compreensão mais profunda e crítica dos textos, além disso, a prática de projetos na escola fortalece tanto o desenvolvimento intelectual quanto o interesse dos alunos pelo universo literário.

A integração de projetos pedagógicos na rotina escolar, é um recurso essencial para incentivar a leitura e ampliar o acesso ao conhecimento. Projetos como clubes de leitura, contação de histórias, feiras literárias e oficinas, fazem com que a biblioteca contribua para aproximar os alunos dos livros de forma significativa. Ademais, esses projetos permitem que a leitura seja trabalhada de maneira interdisciplinar, apoiando o currículo e promovendo a formação de leitores críticos, autônomos e participativos. Assim, a biblioteca cumpre um papel fundamental na democratização da leitura e na construção de uma escola mais inclusiva e acolhedora.

Um exemplo de projeto desenvolvido na biblioteca escolar com crianças da Educação Infantil é a leitura compartilhada do livro *O Grande Rabanete*, de Tatiana Belinky. A obra, por apresentar uma narrativa cumulativa e envolvente,

favorece a participação ativa das crianças na contação da história, promovendo a oralidade e a memorização. Sobre as contações de histórias e é bom ressaltar que para as crianças pequenas uma contação de história não é um momento qualquer, como diz Fanny Abramovich (1991):

É bom que quem esteja contando crie todo um clima de envolvimento, de encanto. Que saiba dar as pausas, criar os intervalos, respeitar o tempo para o imaginário de cada criança construir seu cenário, visualizar seus monstros, criar seus dragões, adentrar pela casa, vestir a princesa, pensar na cara do padre, sentir o galope do cavalo, imaginar o tamanho do bandido e outras coisas mais... (Abramovich, 1991, p. 21)

A narração dessa história pode envolver a participação ativa dos alunos, pois, ao ser composta por diversos personagens, possibilita múltiplas formas de recontá-la. Cada criança tem a oportunidade de escolher um personagem, alterar a ordem de aparecimento dos animais ou até modificar o desfecho. Tais possibilidades tornam o momento da leitura mais dinâmico, estimulando a reflexão, a imaginação e a criatividade das crianças.



Exemplo de material para reconto da história, utilizado por uma professora da rede particular de Goiânia com crianças de 4 anos.

Após a leitura, podem ser realizadas atividades de dramatização, nas quais os alunos representem os personagens, estimulando a expressão corporal

e o trabalho em grupo. Além disso, a proposta pode ser ampliada com atividades de plantio de hortaliças, integrando a literatura ao ensino de ciências, de forma lúdica e significativa.

Outro projeto possível envolve a leitura do livro: *Você troca?*, de Eva Furnari, cuja narrativa convida as crianças a refletirem sobre escolhas, preferências e valores de forma bem-humorada, como mostra a imagem a seguir, de uma das páginas do livro:



Página do Livro "Você Troca, de Eva Furnari. Disponível em:
<<https://br.pinterest.com/pin/607563805958623815/>>

A partir dessa obra, pode-se realizar um circuito de atividades na biblioteca, ou fora dela, como rodas de conversa sobre trocas e brincadeiras de faz de conta, estimulando o desenvolvimento emocional e social dos estudantes. No campo da alfabetização, o livro pode ajudar a internalizar o conceito de rimas e para além disso, os educadores podem trabalhar seu projeto partindo dessa temática, propor que as crianças criem suas próprias histórias de troca, utilizando desenhos ou pequenas produções orais e escritas, favorecendo a criatividade e a construção do sentido de autoria desde a infância.

Além da finalidade alfabetizadora, o livro "*Você Troca*" também traz um humor interessante na combinação de palavras que acabam em ideias

divertidas, e segundo Fanny Abramovich (1991) o humor de autores infantis é muito importante pois:

O humor na literatura e na vida não é contar piada, fazer graça ou um comentário boboca e, óbvio muito menos ser explícito... Também não é ficar rindo de bobeira pura. É muito mais, como disse nosso maior filósofo, o grande pensador e cutucador das cabeças brasileiras, Millor Fernandes: "Como em todo meu humor não procurei fazer gracinhas, adotei apenas, acho!, uma forma completamente desinibida e descondicionada de ver as coisas". E os autores infantis que conseguem esse tipo de visão são os que levam a novas formas de perceber velhas coisas, sem preconceitos, sem estereótipos, sem repetir o já sabido, e que, por isso, espantam. (Abramovich, 1991, p. 64)

O texto ressalta que o humor vai além de simples piadas ou brincadeiras, sendo uma maneira livre e espontânea de olhar para o mundo, capaz de estimular reflexões e quebrar estereótipos. Ao ser incorporado em projetos pedagógicos, o humor amplia as possibilidades de interpretação, permitindo que os alunos não apenas compreendam o conteúdo literal de uma obra, mas também explorem diferentes perspectivas. A literatura que trabalha com o humor se torna uma ferramenta poderosa para a formação de leitores críticos, pois estimula a autonomia intelectual e o pensamento reflexivo

Projetos pedagógicos com livros como *O Grande Rabanete e Você troca?* podem ser adaptados de forma significativa tanto para crianças bem pequenas quanto para aquelas em processo de alfabetização, desde que não se reduzam a atividades mecânicas e repetitivas. Para as menores, o foco pode estar na escuta atenta, na ludicidade e na expressão corporal, elementos essenciais nessa fase do desenvolvimento. Já para as crianças que estão sendo alfabetizadas, os mesmos livros podem ser explorados com propostas que envolvam a leitura e a escrita emergentes, como recontos orais, produções de pequenos textos coletivos e associações entre imagem e palavra.

Em ambos os casos, o mais importante é que as atividades estejam inseridas em um contexto de diálogo, imaginação e construção de sentido, assim como sugere a pedagogia de projetos, permitindo que os alunos desenvolvam a linguagem e o pensamento crítico de forma natural e prazerosa. Assim, evita-se o uso da leitura como simples exercício de decodificação, valorizando sua dimensão cultural, formativa e cidadã.

Os dois livros mencionados são apenas exemplos de uma infinidade de projetos que podem ser realizados com estudantes da educação básica por meio da leitura, utilizando os livros literários e o espaço da biblioteca escolar.

Pensando em alunos maiores, para o ensino fundamental ou médio o projeto deve ser mais extenso, abordar questões mais profundas e talvez até incluir trabalhos em grupo para que discussões saudáveis sejam feitas sobre as obras, a pedagogia de projetos pode ser aproveitada aqui também. Nesse contexto que podemos começar a inserir os clássicos de um jeito que os adolescentes não se sintam pressionados ou entediados com eles. É interessante pensar que os projetos sejam significativos o suficiente para trazer a realidade o que diz Regina Zilberman (2004):

Um bom livro é aquele que agrada, não importando se foi escrito para crianças ou adultos, homens ou mulheres, brasileiros ou estrangeiros. E ao livro que agrada se costuma voltar, lendo-o de novo, no todo ou em parte, retornando de preferência àqueles trechos que provocaram prazer particular. (Zilberman, 2004, p. 9)

Regina Zilberman destaca que um bom livro é aquele que agrada e desperta interesse no leitor, seja criança ou adulto. Para ela, a leitura deve ser prazerosa, fazendo com que o leitor queira voltar ao livro várias vezes. Isso mostra que ler não deve ser uma tarefa obrigatória ou mecânica, mas sim uma experiência que motive e envolva. Por isso, na biblioteca escolar, os projetos de leitura precisam incentivar esse gosto pela leitura, ajudando os alunos a se tornarem leitores críticos e com vontade de aprender.

Um exemplo de projeto para alunos do ensino fundamental ou médio pode ser realizado com a obra *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare. Trabalhar esse clássico na biblioteca escolar permite que os estudantes tenham contato com uma das narrativas mais influentes da literatura mundial, mas de forma contextualizada e acessível.

O projeto pode incluir a leitura compartilhada de trechos selecionados, a análise de adaptações cinematográficas ou teatrais, além de debates sobre temas universais presentes na obra, como o amor, o conflito familiar, o destino e a morte. Além disso, pode-se abordar temas mais profundos como: linguagem, contexto histórico, valores culturais e dilemas humanos universais. Esse estudo não se restringe a uma compreensão superficial do enredo, mas estimula a

análise crítica das relações familiares, dos conflitos sociais, das escolhas pessoais e das consequências dessas escolhas.

Dessa forma, evita-se que a leitura seja percebida como uma obrigação, promovendo reflexões críticas sobre valores e comportamentos, e estimulando a formação de leitores capazes de dialogar com textos clássicos sem receio ou desinteresse. A formação de leitores críticos acontece quando os estudantes, mediados pelo professor e com apoio de recursos como a biblioteca, são levados a problematizar temas da obra e a relacioná-los com questões contemporâneas

Outro projeto possível, que dialoga com os interesses contemporâneos dos adolescentes, pode ser desenvolvido a partir da série Harry Potter, de J.K. Rowling. Utilizar essa obra na biblioteca escolar favorece a aproximação dos alunos com a leitura literária, ao mesmo tempo em que possibilita discussões sobre questões importantes, como amizade, preconceito, identidade e escolhas morais. Por meio dessas discussões, o aluno passa a perceber que o texto literário não é neutro, mas carregado de intenções e interpretações possíveis.

O projeto pode incluir rodas de conversa, produções escritas criativas, debates sobre ética e até mesmo comparações entre os livros e os filmes, promovendo um ambiente dinâmico e colaborativo. Assim, a biblioteca se consolida como um espaço que valoriza as preferências dos estudantes e os conduz, de maneira gradual e prazerosa, ao desenvolvimento de uma leitura crítica e reflexiva, para todas as etapas do ensino básico.

Projetos Pedagógicos bem pensados demonstram como é possível tornar a leitura uma atividade envolvente e significativa, ao mesmo tempo em que se desenvolvem competências críticas nos estudantes. Essa aproximação lúdica e contextualizada facilita o engajamento dos alunos, preparando-os para desafios mais complexos da leitura crítica.

Incentivar a leitura e formar leitores críticos são desafios fundamentais no contexto educacional brasileiro, especialmente nas escolas de ensino básico. A simples promoção do hábito de ler não é suficiente; é preciso que as práticas de leitura sejam intencionais e orientadas para o desenvolvimento da capacidade dos alunos de compreender, interpretar e questionar os textos.

Nesse sentido, as bibliotecas escolares desempenham papel essencial, ao oferecer um ambiente que estimula o contato contínuo com livros e outros materiais, possibilitando que os estudantes se apropriem da leitura como um

instrumento de conhecimento, lazer e reflexão. Para que isso aconteça de maneira efetiva, é necessário adotar estratégias diversificadas que atendam às diferentes necessidades e interesses dos alunos, respeitando as faixas etárias e os contextos culturais. As ações desenvolvidas na biblioteca devem ir além da simples leitura mecânica, promovendo atividades que incentivem a análise crítica, o debate e a expressão criativa. Por meio dessas práticas, a biblioteca escolar se consolida como um espaço de formação integral, que contribui para a democratização do acesso à cultura e para o fortalecimento da cidadania, formando leitores capazes de interpretar e agir no mundo de maneira consciente e autônoma.

Além disso, é importante destacar novamente o papel das políticas públicas na orientação das práticas de incentivo à leitura nas escolas. O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), por exemplo, destaca a importância da biblioteca escolar como espaço estratégico para a democratização do acesso ao livro e à leitura, reforçando o compromisso de formar leitores críticos e autônomos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reforça a necessidade de integrar a leitura e a literatura no currículo escolar de forma articulada e contínua, valorizando o contato com diferentes gêneros textuais e o desenvolvimento de competências leitoras desde os anos iniciais.

Vale lembrar, conforme já destacado pela pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, que grande parte da população ainda apresenta baixos índices de leitura, o que reforça a urgência de ações educativas eficazes. Nesse cenário, as estratégias adotadas pelas bibliotecas escolares ganham ainda mais relevância, pois são espaços fundamentais para ampliar o acesso ao livro e estimular o interesse pela leitura desde as primeiras fases da educação básica. A combinação de atividades diversificadas e projetos pedagógicos que valorizem a participação ativa do aluno contribui para formar leitores críticos, capazes de interpretar e refletir sobre os textos, rompendo com práticas mecânicas e descontextualizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo explorar a importância da biblioteca escolar no contexto brasileiro, destacando sua relevância para a democratização da leitura, além de analisar os desafios estruturais e culturais que dificultam o pleno acesso à leitura no país. Como discutido ao longo dos dois capítulos, a biblioteca escolar emerge como um espaço estratégico na formação de leitores críticos, sendo essencial para o desenvolvimento intelectual, social e cultural dos indivíduos, especialmente em um contexto em que as desigualdades socioeconômicas e a falta de políticas públicas eficazes ainda persistem.

No primeiro capítulo, abordamos o histórico da leitura no Brasil, ressaltando as dificuldades no acesso aos livros e as falhas estruturais nas bibliotecas, que limitam o desenvolvimento do hábito da leitura, especialmente nas escolas públicas. A análise das políticas públicas, como o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), trouxe à tona a necessidade urgente de uma maior articulação entre o Estado e as instituições educacionais para garantir o acesso universal à leitura. Além disso, a constatação de que o Brasil ocupa posições desfavoráveis nos índices internacionais de leitura, como o PISA, evidencia que o acesso ao livro, embora legalmente assegurado, ainda é desigual e insuficiente em termos de qualidade e quantidade.

O segundo capítulo, por sua vez, focou nas práticas escolares e projetos literários que podem ser implementados no ambiente escolar para incentivar a formação de leitores autônomos e críticos. A importância das bibliotecas escolares como espaços de mediação cultural foi um dos pontos centrais dessa discussão, destacando como elas podem ser repensadas como locais de vivência literária, onde a leitura vai além da técnica de decodificação e se transforma em uma prática prazerosa, criativa e reflexiva. Nesse contexto, projetos pedagógicos como clubes de leitura, rodas de conversa e feiras literárias, quando integrados ao currículo escolar, podem ser eficazes para despertar o interesse pela leitura e fortalecer a formação de cidadãos críticos e participativos.

Não devemos nos esquecer que, embora o PNLL tenha trazido avanços na promoção do acesso à leitura, a realidade das escolas brasileiras ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura nas bibliotecas, a

escassez de recursos e a desvalorização do papel da leitura na formação de sujeitos críticos. A falta de projetos bem estruturados e a sobrecarga curricular ainda dificultam a implementação de práticas de leitura que realmente incentivem o gosto pelo livro e promovam a reflexão crítica.

Diante desse cenário, a escola tem um papel crucial, não só na formação de leitores, mas também na construção de uma cultura leitora que possa influenciar positivamente a trajetória dos estudantes. O trabalho com a literatura deve ser visto como uma ferramenta de resistência, capaz de combater as desigualdades e formar cidadãos conscientes de seu papel social. Nesse sentido, as bibliotecas escolares devem ser transformadas em ambientes acolhedores e dinâmicos, onde a leitura se torna uma prática cotidiana, integrada ao desenvolvimento do pensamento crítico.

Além disso, é fundamental que a formação dos educadores seja constantemente aprimorada, para que possam atuar como mediadores eficazes na promoção da leitura e no incentivo à formação de leitores críticos. A capacitação dos professores e bibliotecários é essencial para garantir que os projetos de leitura sejam bem executados e que os alunos se sintam motivados a continuar sua trajetória como leitores ao longo da vida.

Por fim, este trabalho reafirma a necessidade de uma ação mais coordenada entre o governo, as escolas e a sociedade civil para que o direito à leitura seja garantido de forma plena, promovendo uma sociedade mais justa, informada e culturalmente rica. A democratização da leitura no Brasil depende de um compromisso coletivo, no qual as bibliotecas escolares e as práticas pedagógicas desempenham papéis fundamentais para a construção de uma sociedade mais crítica e consciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil Gostosuras e Bobices**. São Paulo, Editora Scipione, 1991.

Acesso à leitura ainda é desafio no Brasil. Como formar mais leitores?. **Pró-Saber São Paulo**, 2023. Disponível em: <<https://prosabersp.org.br/acesso-a-leitura-ainda-e-desafio-no-brasil-como-formar-mais-leitores/>> Acesso em: 06/12/2024.

Agora é lei: formar leitores é papel da escola. **Educação em Pauta**, 2022. Disponível em: <<https://sinepe-rs.org.br/educacaoempauta/pedagogico/agora-e-lei-formar-leitores-e-papel-da-escola/>> Acesso em: 06/12/2024.

BIFF, Vanessa Levati; MENTI, Magali de Moraes. **O direito à leitura no Brasil**. Revista Cocar, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 446–471, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1955>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Dados do Inep mostram que 55% das escolas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/549315-dados-do-inep-mostram-que-55-das-escolas-brasileiras-nao-tem-biblioteca-ou-sala-de-leitura/>> Acesso em: 10/06/2025

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes**. Brasília: Inep, [2015,2018 e 2022]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>>. Acesso em: 11/06/2025.

BRASIL. Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**, [s.d]. Disponível em: <<http://snbp.cultura.gov.br/pnle/>> Acesso em: 06/12/2024.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**, In: Vários Escritos. 5ª edição, Editora Ouro Sobre Azul, Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, Marilucia Caetano. **O papel da escola na promoção de um letramento para emancipação social**. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 16, São Paulo, 2024. Disponível em: <<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/download/5815/4212/16005>> Acesso em: 11/06/2025.

LEAHY, Cyana. **A leitura e o leitor integral: lendo na biblioteca da escola**. Coleção: Leitura, escrita e oralidade. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2006.

MENDES, Ana Laura Rodrigues; FRANCO, Deborah; KIM, Esther Mee Sil; MOLINA, Selma Marquette. **Coréia do Sul: comunidade e governo em prol do ensino de qualidade**. Revista Pandora Brasil, nº 41, Abril de 2012. Disponível em: <https://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/educacao_comparada/co_reia_do_sul.pdf>. Acesso em: 11/06/2025

NETO, José Augusto da Silva; MOREIRA, Marina; EGGERT-STEINDEL, Gisela. **Plano Nacional do Livro e Leitura: diretrizes para uma educação emancipadora**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 24, 2022. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/7044>> Acesso em: 11/06/2025

RESENDE, Vânia Maria. **Literatura Infantil e Juvenil. Vivências de Leitura e Expressão Criadora**. São Paulo, Editora Saraiva, 2ª edição, 1997.

Retratos da Leitura em Bibliotecas Escolares. **Instituto Pró-Livro**, 2019. Disponível em: <<https://www.prolivro.org.br/pesquisas-retratos-da-leitura/retratos-da-leitura-em-bibliotecas-escolares/>> Acesso em: 06/12/2024.

Retratos da Leitura no Brasil, 6ª edição. **Instituto Pró-Livro**, 2024. Disponível em: <<https://www.prolivro.org.br/pesquisas-retratos-da-leitura/as-pesquisas-2/>> Acesso em: 06/12/2024.

SILVA, Vera Maria Tietzmann. **Literatura Infantil Brasileira Um Guia Para Professores e Promotores de Leitura**. Goiânia, Editora Cênone, 2009.

SOUZA, Ana A. Arguelho de. **Literatura Infantil na Escola**. Coleção Formação de professores. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Décio Oliveira dos; SANTOS, Josineide B. dos. **Os projetos pedagógicos como recurso de ensino**. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 40, 20 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/40/os-projetos-pedagogicos-como-recurso-de-ensino>> Acesso em: 02/06/2025.

WALTENBERG, Fábio Domingues; MARTINS, Fernanda Scarparo. **O Papel Da Educação No Desenvolvimento Como Liberdade: Uma Análise Comparada De Finlândia E Coreia Do Sul. Planejamento e Políticas Públicas**. [S. l.], n. 56, 2021.. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1116>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

YUNES, Eliana; PONDÉ, Glória. **Leitura e Leituras da Literatura Infantil**. São Paulo, Editora FTD, 1988.

ZILBERMAN, Regina. **Como e Por Que Ler A Literatura Infantil Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2005.